

LIÇÕES DO PROFESSOR BRAUDEL: O MEDITERRÂNEO, A ÁFRICA E O ATLÂNTICO

*Elio Chaves Flores**

Por que chamar Fernand Paul Achille Braudel (1902-1985) de professor e não repetir o reconhecimento ocidental de que teria sido o historiador francês mais influente do século XX? Pelo menos por dois motivos banais. Primeiro, porque ninguém daria continuidade a uma revolução historiográfica, a segunda geração da *Escola dos Annales*, se não tivesse ensinado aos seus alunos a curiosidade e a paixão pelo conhecimento e pela pesquisa. Segundo, porque Braudel ensinou realmente história em três continentes desde muito jovem: aos 21 anos foi nomeado professor na Argélia lecionou nos liceus de Constantine e Argel – a mais importante colônia francesa da África do Norte, entre 1923 e 1932; nesse mesmo ano, foi chamado à capital do império para exercer o cargo de professor no Liceu Pasteur e, depois, no Liceu Condorcet, permanecendo em Paris até o início de 1935; em fevereiro desse mesmo ano foi lotado no Ministério das Relações Exteriores da França para lecionar na Universidade de São Paulo, ainda em fase de estruturação; permanece no Brasil até outubro de 1937, ensinando história e escrevendo alguns artigos comparatistas entre suas experiências continentais. Ao retornar para o seu país, assume o cargo de diretor de pesquisa na seção de ciências históricas e filológicas de

* Doutor em História Social (UFF). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (UFPB). Bolsista de produtividade do CNPq, com o projeto: “Visões da África e práticas emancipatórias dos intelectuais afro-brasileiros (1944-1988)”.

uma importante instituição francesa chamada Escola Prática de Altos Estudos.¹

Portanto, aos 35 anos, Fernand Braudel, embora não tivesse publicado nenhum livro, podia considerar-se um professor experiente e com uma carreira no ensino e na pesquisa assegurada. Seus primeiros artigos e resenhas vinham de seus contatos espaciais como professor, na Argélia e no Brasil, afirmando-se como “historiador da África do Norte”. Braudel preparava aulas, ministrava seminários, visitava bibliotecas e arquivos e pesquisava, de modo que foi o professor que fez o historiador e não o contrário. Ele mesmo lembraria, em 1972, então com 70 anos, que a vocação de historiador só mais tarde surgirá nele, depois das salas de aula da África, da França e do Brasil:

Ensino, como milhares de outros, uma história factual que me diverte, porque aprendo enquanto ensino. Sou mesmo, de saída, o que se pode chamar um bom professor, porque gosto de meus alunos, que me correspondem com juro.²

Na sua aula inaugural, na poderosa instituição que orgulha os franceses, *Collège de France*, proferida no primeiro dia de dezembro de 1950, portanto já com os louros e o reconhecimento de uma tese doutoral defendida, publicada em livro e amplamente aceita pela crítica historiográfica, ainda é o professor Braudel que se diverte com os eventos dramáticos e breves:

Guardei a lembrança, uma noite, perto da Bahia, de ter sido envolvido por um fogo de artifício de pirilampos fosforescentes; suas luzes páli-

¹ Dados biográficos e trajetória intelectual de Fernand Braudel podem ser conferidos em: Pierre Daix, *Fernand Braudel: uma biografia*, Rio de Janeiro, Record, 1999; Yves Lacoste (Org.), *Ler Braudel* (Campinas, Papirus, 1989), pp. 231-4 e 59-125; Maurice Aymard, “O homem e o historiador”, in Marcos Antônio Lopes (org.), *Fernand Braudel: tempo e história* (Rio de Janeiro, FGV, 2003), pp. 11-20; Carlos A. Aguirre Rojas, *Braudel, o mundo e o Brasil*, São Paulo, Cortez, 2003, pp. 7-58; François Dosse, *A história em migalhas: dos Annales à nova história*, São Paulo/Campinas, Ensaio Editora da Unicamp, 1992, pp. 101-31. Sobre a presença e a influência de Braudel no Brasil, ver Paulo Miceli, “Sobre história, Braudel e os vagalumes. A escola dos Annales e o Brasil (ou vice-versa)”, in Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva* (São Paulo, Contexto, 2000), pp. 259-70; e Rojas, *Braudel*, pp. 95-128.

² Fernand Braudel, “Minha formação de historiador”, in *Reflexões sobre a história*, São Paulo, Martins Fontes, 2002, p. 6.

das reluziam, se extinguíam, brilhavam de novo, sem romper a noite com verdadeiras claridades. Assim são os acontecimentos: para além de seu clarão, a obscuridade permanece vitoriosa.³

Também defendo que é como professor que Fernand Braudel escreve pela primeira vez a expressão *África negra*, no seu monumental *Civilização material, economia e capitalismo*, na edição definitiva de 1979. Ao discutir as pesquisas e as estatísticas sobre a população do mundo, entre 1400 e 1800, ele dizia professoralmente, que eram “números por inventar”, justamente porque havia “falta de números”. Peguemos, primeiro, as críticas em relação à humanidade “tomada como uma só massa, um único estoque”, expressões singulares de sala de aula:

Ninguém sabe qual o total da população entre o século XV e o século XVIII. Os estatísticos não conseguiram chegar a um acordo, a partir dos números divergentes, pouco numerosos e frágeis, que os historiadores oferecem. À primeira vista, não se pode construir nada sobre estes pontos de apoio suspeitos.

Agora, peguemos as críticas em relação à África:

Quanto à África negra, ao sul do Saara, também não há nada de seguro, à parte os números divergentes do tráfico de negros, a partir do século XVI, números que, além disso, mesmo que fossem sólidos, nada poderíamos deduzir⁴.

Percebe-se, portanto, que o professor Braudel não se deixa tomar pelas ilusões da profissão de quem ensina sem pesquisar, as ilusões criticadas por Philippe Perrenoud: cientificista, disciplinar, metodológica e objetivista.⁵

Passemos então às lições braudelianas: 1) as civilizações são espaços, sociedades, economias e mentalidades coletivas; 2) os continentes são pedaços de economias-mundo com terras, estuários, águas oceâ-

³ Ibidem, “Posições da história em 1950”, in *Escritos sobre a história*, São Paulo, Perspectiva, 1992, p. 23.

⁴ Ibidem, *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, Vol. 1 (“As estruturas do cotidiano”), São Paulo, Martins Fontes, 1995, pp. 22-3.

⁵ Philippe Perrenoud, *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*, Porto Alegre, Artmed Editora, 2002, pp. 89-105.

nicas e transumâncias culturais; 3) as temporalidades só podem ser compreendidas a partir das territorialidades sociais; 4) a ascensão do mundo atlântico fez com que a África negra se deslocasse do oriente para o ocidente. Das civilizações estudadas por Fernand Braudel, o exemplo da civilização ocidental elucida todas as lições; dos continentes que invadem os seus principais livros focalizarei a África, especialmente a África negra; e, das vastas temporalidades braudelianas, apreciarei mais detalhadamente a primeira modernidade atlântica. Concomitantemente, ver-se-ão as implicações propedêuticas para o ensino de história dessas lições clássicas inseridas numa determinada cultura histórica.⁶

Ao escrever uma espécie de posfácio para a segunda edição da sua grande tese, em junho de 1965, Fernand Braudel explica por que se debruçou sobre a “imensa cena do Mediterrâneo” à luz de uma documentação variada e extensa. Talvez com ironia ele reconhecesse que o livro havia sido muito pouco criticado e demasiadamente elogiado. Parece estranhar que nenhum historiador tenha reclamado da presença, página a página, dos afloramentos perturbadores dos determinismos ecológicos e

⁶ Entendo por cultura histórica os enraizamentos do *pensar historicamente*, que estão aquém e além do campo do conhecimento histórico e do cânone historiográfico. A cultura histórica define-se, portanto, pelas experiências temporais, materiais e intangíveis de uma comunidade intelectual (pesquisadores, professores, alunos, diletantes) em suas relações institucionais, públicas e privadas. Assim, posso afirmar que a historiografia braudeliiana se insere na cultura histórica estruturalista, da qual o autor é um protagonista destacado. Ele mesmo se explica: “Por temperamento, sou estruturalista, pouco solicitado pelo acontecimento, e apenas em parte pela conjuntura, esse agrupamento de acontecimentos com o mesmo sinal. Mas o estruturalismo de um historiador nada tem a ver com a problemática que atormenta, sob o mesmo nome, as outras ciências do homem”: Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, 2 vols., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, p. 625. Observe-se que Braudel não se filia ao estruturalismo pela sua vestal teórico-metodológica, mas por “temperamento científico”. Então, pergunto: esse estado (ser/estar) braudeliiano não seria um traço de sua cultura histórica? Talvez se pudesse afirmar, junto com Marshall Sahlins, que as “totalidades culturais são também particularidades históricas”, posto que “não há história sem cultura” e, menos ainda, historiografia: Marshall Sahlins, *Cultura e razão prática*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, pp. 9-19, 261-4. Por sua vez, Edward Said, quando apenas sugere uma cultura histórica do orientalismo militante, adverte que “não há disciplina, estrutura de conhecimento, instituição ou epistemologia que possa ficar livre das várias formações socioculturais, históricas e políticas que dão às épocas sua individualidade peculiar”: Edward Said, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 120. Noutro ensaio, aprofundo as possibilidades do conceito *cultura histórica* numa dimensão crítica em relação à história cultural: Elio Chaves Flores, “Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica”, *Saeculum*, nº 16, João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em História, 2007, pp. 82-102.

geográficos. Mas, afinal de contas, tratava-se de uma obra de história assentada nas durações e acelerações temporais de civilizações, impérios e sociedades: “uma espécie de ensaio de história global, escrito segundo três registros sucessivos”, três *patamares* na expressão braudeliana preferida, “três temporalidades diferentes, sendo o objetivo compreender, nas suas maiores diferenças, todos os diversos tempos do passado, sugerir a sua coexistência, as suas interferências, as contradições, a múltipla espessura”.⁷ Não por acaso, Braudel explicará a centralidade das civilizações mediterrânicas a partir das próprias margens do grande mar e das sucessivas marés de sua história. As civilizações do Mediterrâneo, dirá o autor,

lutaram contra milhares de obstáculos muitas vezes visíveis, utilizaram um material humano por vezes gasto, bateram-se sem fim, cegamente, contra as massas enormes dos continentes que encerram o Mar Interior, esbarraram mesmo com as imensidades oceânicas do Índico e do Atlântico.⁸

Ao defender que o plano de sua obra baseou-se nas regularidades, permanências e repetições da história do Mediterrâneo, Braudel sustenta a longa duração como o patamar da lentidão das estruturas, não sem apelar para interpretantes das realidades e das ficções:

Um emigrado pode regressar da América a uma aldeia quase abandonada, portador de mil novidades estrangeiras, de ferramentas maravilhosas: nada mudará a este universo arcaico, emparedado em si mesmo. Sem o olhar do geógrafo (do viajante ou do romancista), duvido que se possam perceber os verdadeiros contornos, as realidades opressivas deste rosto profundo do Mediterrâneo.⁹

Ao ler Braudel pelos olhos da geografia, Yves Lacoste pondera que as escalas temporais sugeridas no *Mediterrâneo* derivaram das representações do espaço mediterrânico que tanto seduziram o autor. Essa seria uma das lições braudelianas mais presentes no decorrer dos seus

⁷ Braudel, *O Mediterrâneo*, p. 619.

⁸ *Ibidem*, p. 620.

⁹ *Ibidem*, p. 621.

escritos, a de que as representações do espaço têm a vantagem da materialidade dos mapas e das escalas, ao passo que as temporalidades são, segundo Lacoste, “difícilmente materializáveis”, dado que os “frisos cronológicos seriam menos interessantes que os mapas”.¹⁰ Portanto, o arranco metodológico de Braudel teria sido pensar a duração histórica pelas imagens e metáforas espaciais, atirando o tempo político, por exemplo, para a mediocridade da morte dos reis. As últimas linhas do *Mediterrâneo*, que narram a morte de Filipe II, no dia 13 de setembro de 1598, parecem dar razão à fina ironia de Lacoste de que foi a obsessão geográfica de Braudel – e não as ferramentas historiográficas – a torná-lo o maior historiador francês.¹¹ Senão vejamos, frente a frente, o homem Filipe II dando o último suspiro no Escorial, numa despedida, talvez sossegada, do Mar Interior, reconhecidamente uma invenção da genialidade escritural braudeliana:

Não creio que a palavra Mediterrâneo tenha alguma vez flutuado no seu espírito com o conteúdo que nós lhe atribuímos, nem faça surgir as nossas habituais imagens de luz e de água azul; nem que tenha significado um lote preciso de grandes problemas ou o quadro de uma política claramente concebida. Uma verdadeira geografia não fazia parte da educação dos príncipes. São razões suficientes para que esta longa agonia, terminada em [13 de] setembro de 1598, não seja um grande acontecimento da história mediterrânica. Para que se assinalem de novo as distâncias da história biográfica à história das estruturas e, mais ainda, às dos espaços...¹²

Assim termina *O Mediterrâneo*, nos mistérios das reticências de uma historiografia estruturada para durar em movimento, tal como as

¹⁰ Yves Lacoste, “Braudel geógrafo”, pp. 204-6.

¹¹ Nos prefácios para as três edições da obra, Braudel sempre procura responder aos historiadores com a manta protetora da espacialidade estruturante, mesmo quando admite retificação de suas posições. Prefácio de maio de 1946: “Um estudo histórico centrado sobre um espaço líquido tem todos os encantos, e, mais seguramente ainda, todos os perigos de uma novidade”. Prefácio de junho de 1963: “Era impossível mexer neste livro sem que isso determinasse por si só a alteração de certos equilíbrios de raciocínio, e mesmo da sua problemática fundamental - a dialética espaço-tempo (história-geografia) que explicava a posição inicial”. Prefácio de março de 1976: “as maiores modificações surgiram na própria problemática do nosso trabalho. A minha visão da sociedade, do Estado, ou da economia já não é exatamente a mesma”: Braudel, *O Mediterrâneo*, pp. 23, 28 e 29.

¹² Braudel, *O Mediterrâneo*, p. 618.

águas profundas do Mar que se lhe prestou para narrar. Talvez seja por isso que o professor Braudel, ao lembrar, em 1972, da “linguagem histórica profunda” do livro escrito, segundo sua própria mitografia, nas prisões nazistas da década de 1940, tivesse gravado esse brado comovente: “Abaixo o acontecimento, sobretudo o acontecimento contrariante! Eu precisava acreditar que a história e o destino se escreviam em muito maior profundidade”.¹³

Parece que a grande dramaticidade que o autor se impõe para desvelar os mistérios humanos do mar civilizacional seria mesmo a descoberta da deterioração da vida material, o destino de um personagem histórico coletivo. A percepção melancólica de Braudel deixa uma desconfiança no leitor de que não há modernidade na história social do Mediterrâneo, senão cortado, ao menos riscado por tensas realidades, fronteiras culturais e “cicatrizes que não saram”.¹⁴ Donde se segue que a agonia histórica do Mediterrâneo deve ser buscada e compreendida na sua própria grandeza, a arte de fazer a guerra. Assim Braudel sustenta o grande drama:

Se o século XVI mediterrânico, na sua vida bélica, não tem mentiras ou ilusões – pelas suas metamorfoses, os seus inventários, as suas fendas, as suas revalorizações e as suas degradações, a guerra assegura aí a sua perenidade. (...) Em relação ao Mediterrâneo, depois de Lepanto, terminou uma grande guerra muito sua. A grande guerra aloja-se no Norte, no Oeste, no Atlântico – e durante séculos – lá onde deve estar, lá onde bate o coração do mundo. Este afastamento, só por si, melhor do que um longo discurso, anuncia, sublinha a retirada do Mediterrâneo, e consagra-a. Quando, em 1618, com os primeiros fogos da Guerra dos Trinta Anos, recomeça a grande guerra, é longe dele: o Mar Interior já não é o coração violento do mundo.¹⁵

Passados dezesseis anos da primeira edição e certamente mais de vinte anos da pesquisa, Braudel prolongaria ainda mais a longa morte do seu objeto amado, cavando a trincheira do historiador que recusa a

¹³ Ibidem, “Minha formação de historiador”, p. 12.

¹⁴ Ibidem, pp. 132-3.

¹⁵ Ibidem, pp. 258-9.

filosofia da história – ascensão, apogeu e decadência – originariamente fatalista. Ele preferiu admitir um vasto processo de regressão, de irreversibilidade precoce:

Eu afirmava, em 1949, que o declínio me não parecia, visível antes de 1620. Diria de bom grado hoje [1965], sem estar totalmente certo disso, nunca antes de 1650. [...] Parece-me que se se quisesse reconstruir o novo panorama de conjunto do Mediterrâneo, depois da grande ruptura que marca o fim de sua primazia, seria preciso escolher uma data tardia, 1650 ou mesmo 1680.¹⁶

Se não há certeza sobre a substituição de um líquido ator histórico por outro, continuaria a convicção categórica de que “a cicatriz mais espantosa dos países mediterrânicos” no século XVI estaria entre Ocidente e Oriente, entendido o primeiro como o vasto espaço da romanização cristianizada, e o segundo, como o da islamização turca. Nesse aspecto, a África mediterrânica seria a grande senhora a ser disputada pelos impérios civilizacionais. As revoltas na África do Norte e no Islão rompem, segundo Braudel, a quietude do Mediterrâneo:

Não há dúvida que a África do Norte se torna, com o século que termina, um mundo mais aberto do que no passado ao comércio e às intrigas da Cristandade, um mundo que se oferece às cobiças e às iniciativas dos vizinhos fronteiriços. (...) Em relação à África do Norte passou uma época. Deixou de viver ao ritmo do Oriente.¹⁷

O título do capítulo final que enceta essas interpretações é de fato sugestivo de como Braudel discorre sobre o lento, mas perceptível aos olhos do historiador, ostracismo do velho mar, emergindo ao mesmo tempo outra territorialidade social expandida, o palco ampliado do capitalismo. Mas que tremendo capítulo esse, escrito como a epifania das águas e dos seus navegadores: “O Mediterrâneo fora da grande história”.¹⁸

Quanto à África negra, a primeira vez que Braudel faz referência, então por dentro das penínsulas, mares, litorais e dos confins medi-

¹⁶ Ibidem, p. 622.

¹⁷ Ibidem, p. 576.

¹⁸ Ibidem, pp. 567-618.

terrânicos, ainda na primeira parte, é quando analisa as caravanas de ouro e de especiarias que cruzam o vasto deserto do Saara. Não foi difícil para o historiador acompanhar os memorialistas de diferentes épocas que, um atrás do outro, lembravam terem sido as grandes caravanas que uniram o Mar Interior “ao *Bled es Soudan*, a África dos negros”.¹⁹ Essa mesma representação será recuperada na segunda parte, “destinos coletivos e movimentos de conjunto”, quando Braudel tenta explicar os antecedentes do comércio do ouro sudanês e do tráfico dos portugueses na Costa da Guiné, nas primeiras décadas do século XV. Então ele retifica a expressão árabe antes traduzida como “África dos negros” para “país dos negros” como um vasto espaço diferenciado da África Menor, ao que parece sinônimo, para o autor, de África saariana.²⁰ Depois disso, Braudel retorna à economia política para tratar das cinco mercadorias fundamentais para o comércio mediterrânico-atlântico: o ouro em pó, os escravos negros, o cobre, o sal e os panos.²¹ Uma frase mordaz qualifica essas mercadorias: “Os negros possuem as duas primeiras”. Como se a frase bastasse, Braudel deixa para falar dos escravos negros no segundo volume da obra, enfatizando preciosos dados sobre as três regiões da África dos negros que alimentaram com mais de setecentos quilos anuais de metal amarelo a princesa Europa, antes do Novo Mundo. Essas regiões seriam o Alto Senegal, o Alto Níger e a

¹⁹ Ibidem, p. 205.

²⁰ A designação de “os africanos do país dos negros” (*Bilad al-Sudan*) explica-se em função do abastecimento de escravos na primeira expansão muçulmana, que também incluía os eslavos da Europa central e os povos das estepes da Ásia central. Entretanto, há outras hipóteses etimológicas para a origem da palavra África. No livro do *Gênesis* aparece como o *País dos Lebu*; enquanto na tradição latina derivaria de *aprica*, isto é, país ensolarado; e, no grego antigo existe a palavra *apriké*, que poderia ser traduzida como lugar isento de frio. Nesse caso, ver Joseph Ki-Zerbo, *História geral da África*, Vol. I (“Metodologia e pré-história da África”), São Paulo/Paris, Ática/Unesco, 1982, pp. 21-42. Sobre o Islão na África negra, ver Vincent Monteil, *O Islão na África Negra*, *Afro-Ásia*, nº 4/5, (1967), pp. 5-23; Luis Beltrán, “O Islã, a cultura e a língua árabe na África Negra”, *Afro-Ásia*, nº 8/9, (1969), pp. 41-9; e, mais recente, ver Peter Demant, *O mundo muçulmano*, São Paulo, Contexto, 2004, pp. 73-6, 146-8.

²¹ Em outra obra, ao tratar de alimentos e bebidas, Braudel menciona a cerveja e o tabaco. Compara a cerveja de milho, entre os negros da África, ao mesmo papel ritual do pão e do vinho entre os ocidentais. Quanto ao fumo, “é de uma moda acrescida que devemos falar na África, onde o sucesso das grandes fiadas de tabaco negro, de terceira qualidade, mas besuntadas de melação, não deixa de animar até o século XIX um vivo comércio entre a Bahia e o golfo de Benim, onde se mantém ativo um tráfico negreiro clandestino até 1850”: Braudel, *Civilização material*, vol. 1, pp. 211, 236.

Costa da Guiné, verdadeiras veias abertas da costa atlântica.²² Em obra posterior, ao falar da “conquista dos espaços” e de que as civilizações ganham das culturas e dos povos primitivos, Braudel parece lamentar a enorme resistência dos povos africanos austrais: “quantas oportunidades teria havido para os brancos se, na África austral, diante dos bôeres e dos ingleses, não tivesse surgido a força dos negros!”²³

Mas seria num ensaio especialmente escrito para a *Enciclopédia francesa* (Larousse), publicado em 1959, que Fernand Braudel descolou o continente negro de suas mais caras influências mediterrânicas. A sua narrativa inicia com a tese de que, na história das civilizações, “o passado explica o presente”, tenta expor as dificuldades epistemológicas dos conceitos “civilização e cultura”, admite que a história estaria numa encruzilhada se não fosse capaz de quebrar as fronteiras entre os especialistas e termina com a “história face ao presente”. Para Braudel, civilizações são antes de tudo áreas culturais com empréstimos e recusas assentadas sobre bases materiais e espirituais. Com efeito, conquanto permaneça na tese de “a civilização é mais ou menos História”, Braudel adentra o tempo presente com certo horror metodológico e parece não se sentir bem falando da civilização ocidental e de suas “revoluções que definem o tempo presente”. Não era mais possível os historiadores se refugiarem no passado e nos faustos civilizacionais, pelos menos era imperativo um olhar de soslaio para o colonialismo que ainda respirava no final da década de 1950: “Um historiador, com efeito, tem uma maneira singular de se interessar pelo presente. Via de regra, é para se desprender dele. Mas como negar que ele também é útil, e como dar, por vezes, meia volta, e arrepiar caminho?”²⁴ Braudel não fala explicitamente do colonialismo, o conceito lhe pesa sobre os ombros, mas admite uma luta sem precedentes onde “muitas estruturas culturais podem rebentar” e que a “comoção ganhou as grandes profundezas”, numa alusão às “grandes avenidas da História”.²⁵

²² Ibidem, pp. 511-7.

²³ Ibidem, *Civilização material*, vol. 1, p. 82.

²⁴ Ibidem, “História das civilizações: o passado explica o presente”, in *Escritos*, pp. 277-8.

²⁵ Braudel tenta penitenciar-se aos 70 anos: “Em todo caso, não compreendi, naquela época da minha vida, o drama social, político, colonial que se desenrolava, contudo, diante de meus olhos. É bem verdade que foi só depois de 1939 que a paisagem obscureceu-se na África do Norte e que a noite caiu, de repente. Devo-me, pois, desculpas”. Ibidem, “Minha formação de historiador”, p. 7.

Entretanto, num notável esforço historiográfico, quase desesperado para saltar a própria sombra de professor de um país colonialista, Fernand Braudel enfrenta a África Negra no penúltimo parágrafo do seu ensaio. A passagem, embora longa, vale pela convicção dramaticamente humanista de que as revoluções escapavam ao Ocidente e que, na verdade, dirá Braudel, essas “revoluções existem agora fora de nós”, para acrescentar:

Desse ponto de vista, o espetáculo atual mais excitante para o espírito é, sem dúvida, o das culturas *em trânsito* da imensa África Negra, entre o novo Oceano Atlântico, o velho Oceano Índico, o velhíssimo Saara e, para o Sul, as massas primitivas da floresta equatorial. (...) Essa África negra, sem dúvida, para uma vez mais reduzir tudo à difusão, perdeu suas antigas relações com o Egito e com o Mediterrâneo. Em direção ao Oceano Índico se elevam altas montanhas. Quanto ao Atlântico, esteve longo tempo vazio e foi preciso, após o século XV, que a imensa África oscilasse em sua direção para acolher suas dádivas e seus malefícios. Mas hoje [1959], há alguma coisa mudada na África negra: é, ao mesmo tempo, a intrusão das máquinas, a instalação dos ensinos, o surto de verdadeiras cidades, uma messe de esforços passados e presentes, uma ocidentalização que abriu amplas brechas, ainda que ela não tenha por certo penetrado até as medulas. (...) Mas a África negra tornou-se consciente de si mesma, de sua conduta, de suas possibilidades. Em que condições essa passagem se opera, à custa de que sofrimentos, também com que alegrias, vocês o saberão dirigindo-se para lá. De fato, se eu tivesse que procurar uma melhor compreensão dessas difíceis evoluções culturais, em lugar de tomar como campo de batalha os últimos dias de Bizâncio, partiria para a África negra. Com entusiasmo.²⁶

Note-se, ainda assim, a aposta braudeliana numa África negra cuja história haveria de marcar o século: a ocidentalização até a medula ou a aporia histórica de um capitalismo sem colonialismo. Se a escrita

²⁶ Ibidem, “História das civilizações”, pp. 287-8. Esse entusiasmo braudeliano não seria o mesmo de Frantz Fanon, psiquiatra e médico do exército francês na Guerra da Argélia. Antilhano de origem, Fanon formou-se em Paris, tendo uma vida intelectual ativa contra o colonialismo francês e em defesa dos povos africanos. Fernand Braudel não dialoga com seus escritos, nem mesmo quando se aventura no psiquismo negro e no colonialismo, visceralmente enfocados em, pelo menos, dois livros de Fanon: *Pele negra, máscaras brancas*, Salvador, EDUFBA, 2008 e *Os condenados da terra*, Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005.

de Braudel passasse pelo crivo de um paradigma indiciário, duas hipóteses sairiam fortalecidas: prognóstico historiográfico e/ou desejo eurocentrista do humanismo novo? Lembre-se que a violenta guerra de libertação argelina frente ao colonialismo francês rebentara em 1954, portanto, cinco anos antes da publicação do Tomo XX da *Enciclopédia francesa*. Embora Fernand Braudel tivesse contribuído para retirar de cena os historiadores humanistas e idiográficos “submetidos à idolatria da ciência newtoniana”, como diria Immanuel Wallerstein, também parece ser verossímil que ele não reconhecesse nada além da tradição historiográfica européia. Nesse sentido, o entusiasmo de Braudel pela África negra e pelo humanismo novo adviria das mesmas tradições “daqueles sábios ferozmente empiristas”.²⁷

Alguns anos depois da publicação do citado ensaio enciclopédico, a África negra voltaria a aparecer com visibilidade historiográfica nos escritos braudelianos, desta vez no seu único livro escrito para estudantes secundaristas, *Gramática das civilizações*, publicado pela primeira vez em 1963.²⁸ A obra é apresentada em três blocos que desencadeiam as lições do professor Fernand Braudel: o primeiro trata das origens e explicações do conceito e das continuidades do “passado vivo”; o segundo demonstra o que a história ensina sobre “as civilizações não-européias” (o Islão e o mundo muçulmano, o continente negro e o Extremo Oriente); finalmente, o terceiro narra a história das “civilizações européias” (Europa, América e a Outra Europa, como sendo a Moscóvia, Rússia e URSS). Sem me deter no plano da obra, considero relevante

²⁷ Immanuel Wallerstein, “O tempo, a duração e o terceiro não-excluído: reflexões sobre Braudel e Prigogine”, in Lopes (org.), *Fernand Braudel*, pp. 71-80.

²⁸ Por repetidas referências ao ano de 1962, como o “momento atual” e o “tempo presente”, depreende-se que o livro terminou de ser escrito nesse ano. Entre março de 1956 e julho de 1962, vários países africanos surgiram do colapso do colonialismo francês: Tunísia, Guiné, Camarões, Togo, Madagascar, Daomé (Benin), Níger, Alto-Volta, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Congo-Brazzaville, Senegal, Mali, Mauritânia e Argélia. A guerra de independência da Argélia (1954-62) foi a mais violenta, devido à forte presença de colonos e militares franceses, dividindo os intelectuais franceses: uns assinavam manifestos a favor dos rebeldes e outros, inclusive universitários e docentes, defendiam uma “Argélia francesa”: Marc Ferro, “A conquista da Argélia”, e Yves Bénot, “A descolonização da África francesa”, [1943-1962], in Marc Ferro (org.), *O livro negro do colonialismo* (Rio de Janeiro, Ediouro, 2004), pp. 561-91 e pp. 592-635, respectivamente. Há um silêncio historiográfico corporativo sobre as posições de Braudel frente à guerra colonialista na Argélia. Sabe-se apenas que a esquerda francesa via Braudel como “demasiado gaullista”: Daix, *Fernand Braudel*, pp. 405-24.

observar que o contexto do final do colonialismo (1954-1962) marca mudanças curriculares no ensino francês, onde o ensino de história aparece como um dos mais problemáticos. De modo que o livro, *Gramática das civilizações*, se insere nessa polêmica do ensino de história para gerações: no começo, crianças, no meio, jovens; no fim, adultos, dirá o próprio Braudel. O mundo africano, por exemplo, seria banido do ensino de história como negação da notável derrota colonialista.²⁹

Como já mencionei, Fernand Braudel insere a África negra no bloco das “civilizações não-européias” com uma narrativa em dois capítulos: no primeiro, conta o passado através dos espaços; no segundo, interpreta o despertar do continente no tempo presente [1962] e prognostica tendências para o devir africano. Destacaria do primeiro capítulo três lições e, do segundo capítulo, igualmente três, construídas à luz da cultura histórica do professor Braudel.

A primeira lição: “Para a compreensão do mundo negro, a geografia prevalece sobre a história. Os contextos geográficos, embora não sejam os únicos a contar, são os mais significativos”.³⁰ Aqui, Braudel admite não uma África negra, mas “as Áfricas negras”, que estariam fechadas entre dois oceanos e dois desertos: o oceano Atlântico a oeste, na costa ocidental do continente, e o oceano Índico a leste, na sua costa oriental; ao norte, o vastíssimo Saara, só controlado pela costa mediterrânea, e, ao sul, o considerável deserto de Kalahari que também finda nas margens confluentes dos dois oceanos. Braudel nega o determinismo geográfico supostamente implícito na sua lição, mas salienta a precária abertura do mundo negro para o exterior como a sua principal desvantagem civilizatória: “Esse relativo fechamento explica lacunas importantes que quase não são preenchidas (e olhe lá!) antes da chegada dos europeus e da instalação das grandes colonizações”.³¹ Mais tar-

²⁹ Ver o prefácio de Maurice Aymard, “Braudel ensina história”, in Fernand Braudel, *Gramática das civilizações*, São Paulo, Martins Fontes, 1989, pp. 1-12, e, do mesmo autor, “A longa duração das civilizações”, in Lopes (org.), *Fernand Braudel*, pp. 101-9.

³⁰ Braudel, *Gramática*, p. 129. Ainda na mesma década de 1960, Braudel explica a África negra por uma geografia social, ao falar das habitações africanas: “No litoral do golfo da Guiné, onde se instala e penetra o tráfico europeu, não há cidades apertadas, à ocidental ou à chinesa. Campesinatos, não direi infelizes (a palavra em si não faz sentido), mas certamente desprovidos de tudo, desde as primeiras aldeias para as quais os relatos dos viajantes atraem a nossa curiosidade”: *Civilização material*, vol. 1, p. 263.

³¹ *Ibidem*, *Gramática*, p. 133.

de, em obra mais elaborada, ele parece contemporizar essa questão ao admitir uma “economia-mundo” da qual a África participa:

Claro que em qualquer parte do mundo há periferias. Tanto antes como depois de Vasco da Gama, os negros, pesquisadores de ouro e caçadores, das regiões do Monomotapa, na costa oriental da África, trocam o metal amarelo e o marfim por tecidos de algodão da Índia.³²

Já se viu que Braudel se apropriou das ferramentas da geografia para inventar uma história social genuína, mas não se pode negar também que sua análise sobre a África negra ficou impregnada, pelo menos nessa lição, daquilo que Aguirre Rojas elogiou como o deslocamento das temporalidades para “as etapas geográficas do capitalismo”,³³ ou seja: a Europa domesticou os espaços enquanto a África negra foi docemente tragada por eles. Realismo narrativo ou excesso historiográfico? Mais tarde, Braudel não deixa de insistir em que a grandeza do mundo seria européia, mesmo se debruçando sobre geografias africanas e orientais:

Não é espantoso que chegue a Amsterdam trigo produzido no Cabo, na África do Sul? Ou que Amsterdam se torne mercado para os *cauris* trazidos do Ceilão e de Bengala e que encontram na Europa os seus apreciadores, incluindo os ingleses, para o comércio na África negra e a compra de escravos destinados à América?³⁴

Essa lição de “economia-mundo” renderia mais algumas linhas, não fosse a urgência de se passar para a seguinte.

A segunda lição:

Na África negra, a história só favoreceu a eclosão de formas políticas e culturais superiores ali onde havia, de um lado, os recursos associados da agricultura e da criação, e ali onde, de outro lado, estava assegurado o contato exterior, seja ao longo das orlas saarianas, seja ao longo do oceano Índico.³⁵

³² Ibidem, *Civilização material*, vol. 3, p. 30.

³³ Carlos Antonio Aguirre Rojas, “O capitalismo anterior à revolução industrial”, in Lopes (org.), *Fernand Braudel*, pp. 123-39.

³⁴ Braudel, *Civilização material*, vol. 3, p. 201.

³⁵ Ibidem, *Gramática*, p. 135.

Nessa lição, Braudel descortina a ligação africana com os árabes muçulmanos a partir dos “primeiros clarões que iluminam a costa oriental da África” e a constituição de uma “civilização escravista por excelência”, o Islão, desde pelo menos o século sétimo da Era Cristã. Fernand Braudel é categórico quando salta oito séculos de história, maravilhado com o ordinário da África negra islamizada, causando uma espécie de evasiva ao leitor não-europeu: “o tráfico negreiro não foi uma invenção diabólica da Europa”.³⁶ Uma lição para além das civilizações e dos continentes de um autor sempre preparado a se livrar de um suposto e imaginário tribunal da história. Tal lição, escrita no momento histórico em que a Europa e, muito especialmente a França de Braudel, renunciava ao colonialismo diante das guerras revolucionárias terceiro-mundistas talvez se explique pela tese de Baumann, de que uma tradição (ou uma cultura histórica?) dificilmente poderia ser quebrada na Europa: “a crença de que todos os hábitos e suas transgressões precisam justificar-se no tribunal da razão”.³⁷

A terceira lição:

Não se trata aqui de condenar, muito menos de elogiar a colonização europeia da África, mas simplesmente de assinalar que essa colonização comporta, como quase todos os fenômenos que decorrem dos choques de civilizações, um ativo e um passivo culturais.³⁸

Na coluna do ativo, Braudel lista o ensino, a higiene, a medicina, a administração pública e a racionalidade. Depois, lista uma espécie de ativo qualificado, como o trabalho assalariado, a economia monetária, a escrita e a propriedade individual da terra. Penso que, embora Braudel sempre tenha estabelecido um dialogo tenso com Karl Marx, sua conclusão sobre os ativos europeus para o mundo africano nos lembra a mordacidade contida no *Manifesto comunista*, de um século que não

³⁶ Ibidem, p. 138. Para a complexidade dessa relação, escravidão e tráfico: Paul E. Lovejoy, *A escravidão na África: uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002; e John Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*, Rio de Janeiro, Campus, 2004.

³⁷ Zygmunt Bauman, *Europa: uma aventura inacabada*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006, p. 127.

³⁸ Braudel, *Gramática*, p. 140.

era o seu: “Tudo isso foram, sem dúvida, golpes desferidos num velho regime social – nos velhos hábitos tribais, familiares, sociais. Mas tais golpes não são necessários à evolução que hoje se acha em curso?”.³⁹ Na coluna do passivo, Braudel coloca a fragmentação do continente, os artificialismos nacionalistas e lingüísticos, as diversidades geográficas e culturais que deixariam mais distantes a unidade continental. A territorialização da África negra seria, portanto, “a floração de Estados independentes demasiado numerosos”. Parece evidente que Braudel opera seu argumento a partir de um dado nacionalismo que, pelas suas próprias palavras, serviria para título de um artigo de Maurice Aymard, ao analisar o último livro braudeliiano, *A identidade da França*, publicado em 1986: “uma certa paixão pela França, uma certa idéia de história”.⁴⁰ Tratava-se, com efeito, de um nacionalismo exigente e de certa forma um fardo na sua própria historiografia.

Entretanto, a melhor passagem dos ativos e passivos culturais que produziram a “nova África negra”, segundo a lição braudeliiana, seria aquela em que o autor transgride o seu próprio estruturalismo e aponta para circularidades intrínsecas às lutas econômicas e culturais. Fernand Braudel não chega a destacá-las, mas aprecia algumas expressões, grifando-as como se apontasse para a importância do véu sintomático das culturas européia e africana:

Foi uma sociedade industrial adulta, exigente, dispondo de meios modernos de ação e comunicação, que se chocou com o mundo negro e o assediou. E este se mostra receptivo, mais móvel do que supunham os etnógrafos ainda ontem, capaz de apossar-se dos objetos e das formas que o Ocidente lhe propõe e, sobretudo, de *reinterpretá-los*, de dar-lhes um novo sentido, de ligá-los, sempre que possível, aos imperativos de sua *cultura tradicional* (grifos do autor).⁴¹

As três lições do segundo capítulo de *Gramática das civilizações*, que prescrevem “A África negra: hoje a manhã”, fornecem algu-

³⁹ Ibidem, pp. 141-2.

⁴⁰ Maurice Aymard, “Uma certa paixão pela França, uma certa idéia de história”, in Lacoste (org.), *Ler Braudel*, pp. 63-77.

⁴¹ Braudel, *Gramática*, p. 140.

mas pistas sobre a questão visceral: a África negra e o Oceano Atlântico da primeira modernidade capitalista somente poderiam ser compreendidos se fosse adotada a postura epistemológica de que “o presente explica o passado”, que Braudel adotara com alguma reserva.

A primeira lição: “Cada cidade, cada região atingida pela escolarização, pela modernização de uma organização operária ou industrial está, pois, às voltas com esses duros problemas de aculturação”.⁴² Braudel via essa modernização como a “entrada em outra civilização” uma vez que a África negra, majoritariamente camponesa, arrasta o culto dos ancestrais e das estruturas de parentesco, donde a sua conclusão tão pouco antropológica de que a maior parte das populações da África negra “ainda se acha fechada em culturas e religiões primitivas, sobre as quais repousa toda a ordem social”.⁴³ Não há nenhuma condescendência braudeliana com os cultos africanos, vendo-os mesmo como as forças refratárias à modernidade capitalista.⁴⁴

A segunda lição: “Rapidamente instalados, os governos independentes se revelaram, com o tempo, de uma solidez inesperada”.⁴⁵ Braudel considera que um dos elementos dessa solidez seria a “paciência sem limites dos governados”. Fala mesmo da submissão dos governados,

⁴² Ibidem, p. 147.

⁴³ Ibidem, p. 146.

⁴⁴ Essa postura historiográfica de Braudel não se coaduna com a sua maturidade teórica advinda dos debates com a antropologia. Ele escreve as linhas acima depois da longa polêmica que teve de travar com Claude Lévi-Strauss na década de 1950 sobre as *sociedades frias* (história inconsciente) e as *sociedades quentes* (história racional). Com efeito, se ambos participam da mesma cultura histórica, parece ser Lévi-Strauss o primeiro dissidente, visto que abandona prematuramente a crença no progresso enquanto Braudel continua apostando nas continuidades seculares, especialmente as modernizadoras das realidades sociais. Ver Claude Lévi-Strauss, “História e etnologia”, in *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, pp. 13-41. Uma espécie de réplica braudeliana ao ensaio de Lévi-Strauss, publicado na França, em 1958, consta em Fernand Braudel, “História e ciências sociais: a longa duração”, in *Escritos*, pp. 41-78. Sobre essa discussão, remeto ao excelente ensaio de François Dosse, “O traje novo do presidente Braudel”, in *A história à prova do tempo*, pp. 151-71, republicado em Marcos Antônio Lopes (org.), *Fernand Braudel*, pp. 35-55. Outra estranheza é Braudel ignorar os escritos de Roger Bastide e de Pierre Verger, seus contemporâneos e compatriotas que, entre as décadas de 1940 e 1960, tinham realizado pesquisas influentes sobre a religiosidade e as religiões africanas e afro-brasileiras. Braudel muito incentivou a defesa do doutorado de Pierre Verger que reconheceu esse apoio, oferecendo a tese ao amigo. Ver “Dedicatória” e “Introdução” à edição brasileira de 1987 em Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*, Salvador, Corrupio, 2002, pp. 23-4.

⁴⁵ Braudel, *Gramática*, p. 149.

comparando os negros contemporâneos aos súditos do Rei Sol, Luis XIV, no auge do absolutismo monárquico da sua amada França. Essa situação comparativa leva-o a argumentar com uma máxima do reino da política em relação a África negra, nem sempre confirmada pelas práticas históricas: “Governar, na África negra, é forçosamente reinar”. A partir daí, Braudel afirma que a natureza do poder político na África seria o fato de que o poder nunca é passado, mas tomado e conservado, que esse mesmo poder, não sendo dividido, é também incontrolável, visto que a oposição simplesmente não pode ser tolerada. Parece lógico que Braudel tenha em mente a razão cultural das monarquias européias e acuse os senhores da África negra: “Se nós, europeus, quisermos não ser injustos para com esses governos que nos desconcertam, devemos estar atentos à estreiteza da classe dirigente”.⁴⁶ Braudel lamenta as limitações políticas e administrativas dos governos africanos para levarem seus respectivos países “numa via de modernismo”. Entretanto, por que Braudel não explica que, por mais de um século de administração colonial direta dos países europeus na África negra, não foi possível levar as colônias para a via do modernismo? Por que os destinos dos novos Estados negros seriam jogados em “partidas com vivacidade e alguma ilusões”? Ao não responder situações históricas de um continente ainda vivamente combatendo o colonialismo, Braudel se agarra à sua própria cultura histórica, da qual é um dos intelectuais mais proeminentes: “O verdadeiro jogo não é o de uma evolução que se coloca em termos de força, de número, de progresso econômico?”.⁴⁷ Percebo, também surpreendido, que nosso mestre se tenha esquecido, por um momento, que foi ele mesmo quem havia advogado, não sem uma dose de brilhantismo, as “dimensões culturais do tempo”.⁴⁸

A terceira lição:

(...) é indiscutível que certa arte africana se afasta de nós, com seus cantos, suas danças, suas concepções artísticas, suas religiões, suas nar-

⁴⁶ Ibidem, pp. 149-50.

⁴⁷ Ibidem, p. 152.

⁴⁸ Elio Chaves Flores, “História e duração: a teoria do tempo regressivo, perspectiva narrativa e a possibilidade de transformação em método”, in *Anais do IX encontro estadual de professores de história* (João Pessoa, ANPUH-PB, 2000), pp. 118-54.

rações cantadas ou salmodiadas, sua concepção de tempo perdido, do universo, dos homens, das plantas, dos animais e dos deuses, em suma, uma civilização tradicional que, como sabemos pelo próprio exemplo do Ocidente, será varrida quando se acelerarem as deteriorações em curso.⁴⁹

Com efeito, essa dramática lição braudeliana toma o curso dos testemunhos da arte e da literatura africanas no contexto das lutas de libertação e do novo tempo pós-colonial. A concepção agonística de Braudel é total, um lamento pelas espiritualidades decompostas. Para ele, a arte africana “de que o Ocidente fez as suas delícias”, as máscaras, os bronzes, os marfins, as madeiras, “se deteriora e morre aos nossos olhos”; na verdade, “ela já morreu”. Quanto à “jovem literatura negra fortemente ocidentalizada”, Braudel ainda encontra algum devir ao perceber “narrativas rudes e vivas” por parte dos escritores evoluídos, os escritores negros mais ocidentalizados dentro das suas culturas e que, por isso mesmo, seriam aqueles “que mais insistem sobre o psiquismo particular de sua raça”.⁵⁰ Assim, resignado em relação à morte, ou melhor, às fragilidades “das águas antigas de uma civilização tradicional, vivaz, sempre nutriz” que submergiam, naquele momento, às determinações da última modernidade ocidental, Fernand Braudel se despede da África negra e ruma para o mundo tropical e subtropical do Extremo Oriente.

⁴⁹ Braudel, *Gramática*, p. 154.

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 155-56. Fernand Braudel toma como exemplo dois escritores: Birago Diop, *Nouveaux contes d'Amadou Koumba*, Paris, Présence Africaine, 1958, e Camara Laye, *L'enfant noir*, Paris, Plon, 1954, que, como tantos outros, pegaram da pena para dar voz ao “nativo outrora silencioso”. Esse enfrentamento literário exigiu a inversão do mito de Próspero, canoizado na narrativa de Shakespeare, *A tempestade*, Porto Alegre, L&PM Editores, 2002. Com efeito, seria anacronismo exigir de Braudel essa percepção, embora ela já estivesse em curso nos escritores nativos. A passagem de Edward Said é eficaz para o meu argumento: “Como uma cultura que busca tornar-se independente do imperialismo imagina o próprio passado? Uma possibilidade é fazer como Ariel, ou seja, como um solícito servidor de Próspero; Ariel faz obsequiosamente o que lhe mandam e, quando ganha a liberdade, regressa a seu elemento nativo, uma espécie de burguês nativo que não se incomoda por sua colaboração com Próspero. Uma segunda escolha é fazer como Caliban, consciente de seu passado mestiço aceitando-o, mas não incapacitado para o desenvolvimento. Uma terceira alternativa é ser um Caliban que se livra de sua servidão atual e de sua desfiguração física no processo de descobrir seu eu essencial, pré-colonial. Este Caliban está por trás dos nacionalismos nativistas e radicais que produziram os conceitos de *négritude*, fundamentalismo islâmico, arabismo e outros do mesmo tipo”: Edward Said, *Cultura e imperialismo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995, pp. 266-78.

Com efeito, vou seguir argumentando que a historiografia braudeliana, notável para os parâmetros da cultura histórica na qual escreve e da qual é protagonista, se torna ainda mais performática da razão ocidental quando se analisam, por exemplo, as suas lições em torno das formações sociais do mundo atlântico. Nesse caso, cumpre destacar a resenha que ele escreveu sobre a obra de Pierre Chaunu, “Sevilha e o Atlântico (1504-1650)”, publicada na seção “Notas críticas” da poderosa revista francesa *Annales E. S. C.*, no segundo trimestre de 1963. Dialogando com um de seus primeiros discípulos, Fernand Braudel evoca o estudo sobre o Atlântico como simplesmente uma “obra monumental”, cuja característica triunfante seria uma “história serial” (social e econômica) que parte da “estruturação do Atlântico mediano”, isto é, “o primeiro Atlântico fechado dos ibéricos”. Braudel admite de bom grado que essa estruturação não poderia começar senão de uma lenta e minuciosa viagem “do Velho para o Novo Mundo”. O seu admirável Mar Interior, afinal de contas, aprisionava a princesa Europa nos cataclismos de terras e culturas circundantes: “nesse planeta à parte e coerente há séculos que é o Velho Mundo, da Europa à China, à Índia e à África dos negros, graças às navegações e caravanas de um Islão durante muito tempo dominador”.⁵¹ Eis então que o Atlântico passa da periferia para o centro na espetacular conjuntura da primeira modernidade hibridizando novas humanidades:

O Atlântico, seus bordos europeus e americanos, essas ilhas em pleno oceano ou sobre as franjas continentais, essas vias aquáticas que vão uni-los – à hora das descobertas são espaços vazios: o homem está ausente, na melhor das hipóteses, raro, inutilmente presente. Não houve construção, aqui e ali, a não ser por acumulação de homens, brancos ou negros ou índios; por transferências e implantações repetidas de bens culturais: barcos, plantas cultivadas, animais domésticos; em seguida, muitas vezes, desníveis de preços. (...) O todo foi se organizando a partir de centros privilegiados, enterrado no quadro de estruturas preexistentes: as religiões, as instituições políticas, as administrações, os quadros urbanos, e, acima desse conjunto, um capitalismo mercantil antigo, insidioso, ágil, já capaz de transpor, de disciplinar o Oceano.⁵²

⁵¹ Braudel, “Para uma história serial: Sevilha e o Atlântico (1504-1650)”, in *Escritos*, pp. 133-4.

⁵² *Ibidem*, p.131.

Não custa lembrar que a resenha citada foi publicada no mesmo ano de *Gramática das civilizações* e, nesse livro, Fernand Braudel veria que, mesmo a África negra, se descobre diante de um oceano que a marcaria para sempre, pois foi de sua costa ocidental que a travessia se instituiria como história:

Sem afirmar que um dos tráficos negreiros (para a América) foi mais humano, ou menos desumano, que o outro (para o Islão), é de notar-se o fato, importante para o mundo negro atual, de que existem hoje Áfricas vivas no Novo Mundo. Fortes núcleos étnicos se desenvolveram e perpetuaram-se até nossos dias no norte e no sul da América, ao passo que nenhuma dessas Áfricas exiladas sobreviveu na Ásia ou em terras do Islão.⁵³

Também será necessário dizer que, nas décadas da descolonização – 1950 e 1960 – da África, o Oceano Atlântico se constituiu no mais importante tema de pesquisas históricas apadrinhadas por Fernand Braudel, como as de Pierre Chaunu e Huguette Chaunu, de Frédéric Mauro e de Vitorino Magalhães-Godinho, todas ao estilo historiográfico braudeliano, isto é, portentosos volumes com páginas e páginas sobre história econômica e social (com séries, gráficos e estatísticas) dos europeus no mundo atlântico.⁵⁴

A grande diferença dessas pesquisas historiográficas parece ter sido apenas uma: os alunos do professor Braudel demonstraram-se historiadores muito mais eurocêntricos do que o mestre. Eles partiram do mesmo pressuposto do mestre, a história integrada pelas águas, mas não foram capazes de reconhecer a intensidade cultural das outras sociedades atlânticas, acolheram-nas em suas narrativas como ponto e vírgula, vítimas passivas de um “capitalismo insidioso”. Ao fazer essa crítica aos historiadores franceses (e afrancesados), o africanista John Thornton compreende que eles estavam convictos de que as sociedades africanas e ame-

⁵³ Ibidem, *Gramática*, p. 140.

⁵⁴ Daix, *Fernand Braudel*, pp. 367-81, 439-49. A obra de Pierre Chaunu e Huguette Chaunu, *Sevilha e o Atlântico (1504-1650)*, em vários volumes, foi publicada em Paris [Armand Colin e SEVPEN, 1955-60]; a de Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, também foi publicada em Paris, [Armand Colin, 1960]; e a de Vitorino Magalhães-Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, em dois volumes, foi publicada em Lisboa, Presença, 1963-65.

ricanas estariam num nível inferior de desenvolvimento. Preservando-os de um suposto “chauvinismo eurocentrista”, Thornton sustenta que esse era, na verdade, o ponto nodal de suas análises historiográficas, um problema de cultura histórica e não exatamente de xenofobia. O próprio Braudel, ao sustentar que as sociedades mediterrânicas estavam, mais ou menos, nos mesmos patamares de desenvolvimento econômico no século XVI, não reconhecendo qualquer supremacia muçulmana, foi duramente refutado por historiadores turcos. Vale a pena citar o nosso especialista em África: “o conceito do papel proeminente dos europeus na formação do mundo atlântico parece especialmente apropriado por razões *científicas*, e não porque os autores estavam comprometidos com o eurocentrismo”. Desnecessário dizer que Thornton sustenta a tese de que “os africanos foram participantes ativos no mundo atlântico, tanto no comércio africano (inclusive no comércio de escravos) quanto como escravos no Novo Mundo”, e por isso mesmo, foram capazes de ser protagonistas do “desenvolvimento de uma cultura afro-atlântica”.⁵⁵

Segundo as argumentações de Thornton, parece que Fernand Braudel percebeu que o Oceano Atlântico visualizado naqueles estudos não tinha as “profundezas abissais” do seu velho Mar Interior. Então ele mesmo se propôs a navegar nesse mundo de águas e mares denominado Atlântico que, ainda em meados do século 17, era designado nas cartografias européias como oceano etíope, isto é, africano. Braudel abraçaria esse enorme desafio numa obra que definiu como mundializada, *Civilização material, economia e capitalismo*, acabada depois de 25 anos em estado de escritura, entre 1952 e 1979, e que o seu biógrafo chamaria de “a obra magna”.⁵⁶ No magistral sexto capítulo (revoluções e atrasos técnicos) do primeiro volume (“As estruturas do cotidiano”), Fernand Braudel embute uma pequena glosa aos marinheiros e aos práticos das histórias marítimas, ao sustentar que o problema do Atlântico era modesto e simples. Se o caso era “descer e subir” o oceano, então basta uma aula prática, posto que teórica:

⁵⁵ Thornton, *A África e os africanos*, pp. 41-50.

⁵⁶ Daix, *Fernand Braudel*, pp. 547-76.

O Atlântico são três grandes circuitos eólicos e marítimos num mapa; três grandes *elipses*. Para lá navegar como um senhor, basta utilizar correntes e ventos no bom sentido: ora levam, ora trazem. (...) Para Sul, um grande circuito leva até a costa da América, depois até a altura do cabo da Boa Esperança, à ponta sul da África. Para tudo isso, há, é certo, uma condição: procurar o bom vento e, uma vez apanhado, não o largar... Isso é o que se passa habitualmente no alto-mar.⁵⁷

Nem a dor do poeta Fernando Pessoa, esteta de uma memória trágico-marítima e cânone da nossa língua, escapa à verve braudeliana em relação às primeiras rotas atlânticas dos portugueses, numa referência ironicamente explícita ao poema “Mar Português”:⁵⁸

Passar o cabo Bojador, nada mais fácil, mas o regresso revela-se assaz difícil, com vento de frente, contra o alísio norte. Atingir a Guiné, os seus mercados de escravos, o seu ouro em pó, a sua falsa pimenta, nada mais fácil também, mas no regresso é preciso cortar o alísio e procurar os ventos de oeste que só se encontram por altura do mar dos Sargaços, com um mês de navegação em pleno mar.⁵⁹

Mas essa história, cuja resolução tão mágica encanta como uma fábula enceta a moral da memória histórica. A história tem uma moral: “A maior dificuldade, na verdade; ousar a aventura, *engolfar-se*, segundo a poética expressão francesa. Rara façanha, cuja ousadia foi esquecida, assim como os nossos filhos hão de esquecer amanhã a dos astronautas”.⁶⁰

Embora o livro de Braudel tivesse como objetivo principal o estudo do desenvolvimento da Europa pré-industrial, o autor escreve fascinado pelas rotas, ilhas, continentes, sociedades e pessoas que enfeitam as bordas e os mares do Oceano Atlântico. Seria esse o espírito do terceiro capítulo (a produção ou o capitalismo em casa alheia) do se-

⁵⁷ Braudel, *Civilização material*, vol. 1, p. 373.

⁵⁸ “Ó mar salgado, quanto do teu sal/São lágrimas de Portugal (...) Quem quer passar além do Bojador/Tem que passar além da dor”. Fernando Pessoa, in *Mensagem*, Lisboa, Parceria António M. Pereira, 1934, que teve uma segunda edição revista pelo autor em 1941, editado pela Agência Geral das Colônias, um órgão da propaganda colonialista do salazarismo.

⁵⁹ Braudel, *Civilização material*, p. 373.

⁶⁰ *Ibidem*.

gundo volume (“Os jogos das trocas”) com uma primeira edição publicada em 1967. Ao analisar o capitalismo e a propriedade da terra no outro lado do Atlântico, Braudel afirma categoricamente que “a Europa recomeça na América”. Lembra que a cultura da cana-de-açúcar, antes de se tornar ouro doce no lado americano, tinha plantado vícios nas longínquas ilhas do golfo da Guiné – São Tomé e Príncipe – admitindo que “esses mundos insulares foram todos pré-Américas, pré-Brasis”. Sobre o atavismo dessas senhorias culturais transplantadas da Europa e da África para a América, via Atlântico, Braudel acaba assumindo as premissas de Gilberto Freyre, esse “vitoriano dos trópicos”, tomando-lhe de empréstimo também a forma de contar:

Essas primeiras paisagens do açúcar são todas iguais: mangues reverberantes de água, barcos de transporte nos rios litorâneos, *carros de boi* de rodas rangendo nas pistas de terra, depois a tráfede, ainda há pouco tempo de pé nos arredores de Recife e São Salvador: a casa do dono, a *casa grande*; os casebres dos escravos, as *senzalas*, e por fim o engenho de açúcar. O dono passeia a cavalo; reina sobre a família – uma família desmesuradamente ampliada pela liberdade de costumes que não se detém perante a cor da pele dos escravos – e exerce sobre os seus uma justiça sumária e inapelável: estamos na Lacedemônia ou na Roma dos Tarquínios.⁶¹

Entretanto, apesar de Braudel navegar com maestria pelo imenso e colossal Atlântico, ele parece cansar-se logo do fluxo e refluxo das marés oceânicas e, nem bem terminado o capítulo, retorna ao “capitalismo em casa”, isto é, a Europa, a agraciada na obra inteira. Na curta conclusão do segundo volume (“O jogo das trocas”), Braudel prepara o terreno, ou melhor, a embarcação, com seus suportes historiográficos, que o levaria às economias-mundo, um conceito cuidadosamente apli-

⁶¹ Ibidem, vol. 2, p. 237. A referência de Braudel a Gilberto Freyre está na 5ª edição de *Casa grande & senzala*, de 1946, sem menção de página. Braudel resenhou a obra de Freyre criticando-o por generalizar uma história regional muito específica do litoral do Nordeste brasileiro. Nas edições posteriores, Freyre refutaria as críticas braudelianas. As intensidades emocionais do “francesismo” de Braudel são, a meu ver, muito parecidas com o “anglicismo” de Freyre que chegou a escrever que “lamentava muito não ter nascido inglês”: Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*, São Paulo, Unesp, 2005, pp. 84-147.

cado em torno dos diálogos com a obra de Karl Marx e tomado de empréstimo do neomarxista Immanuel Wallerstein, que o qualifica de “homem da conjuntura”.⁶² Ele dirá que uma economia de mercado, atlântica, mediterrânea, índica e, portanto, mundializada, se encadearia na mesma “evolução criadora” por toda parte, na “beira dos rios e dos mares”. Restaria esclarecer, ainda, que “essa economia de mercado subjacente é a condição *necessária*, não *suficiente*, para a formação de um processo capitalista”.⁶³ De fato, ele termina o volume anunciando – Braudel foi exímio anunciador de sua própria historiografia – a terceira e última parte de *Civilização material, economia e capitalismo* (“O tempo do mundo”), com a idéia de juntar margens de oceanos e pedaços de terras numa lição convincente:

Com estas economias-mundo, chegaremos a outro nível da concorrência, a outra escala da dominação. E regras tantas vezes repetidas que, por uma vez, poderemos segui-las sem erro através de uma história cronológica da Europa e do mundo, através de uma sucessão de sistemas mundiais que são, na realidade, a crônica global do capitalismo.⁶⁴

Essa situação eurocentrista, porque capitalista, na verdade, marca a historiografia ocidental – talvez mais ainda a historiografia brasileira – atravessando o ensino de história, os currículos, os conteúdos e a produção do conhecimento histórico como já tentei demonstrar noutra ensaio.⁶⁵

Com efeito, dos seis longos capítulos do volume final da obra, Fernand Braudel dedica cinco ao continente europeu: as divisões do espaço e do tempo na Europa; as economias antigas de dominação urbana na Europa, com destaque para Veneza e Amsterdam; os mercados nacionais da Europa; a revolução industrial e as revoluções abortadas.

⁶² Immanuel Wallerstein, “Fernand Braudel, historiador, homme de la conjoncture”, in *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XX*, Aparecida, Letras & Idéias, 2006, pp. 219-34. Publicado anteriormente em Lacoste, pp. 13-29.

⁶³ Braudel, *Civilização material*, vol. 2, p. 535.

⁶⁴ *Ibidem*, pp. 535-6.

⁶⁵ Elío Chaves Flores, “Currículo e diversidade cultural: África e africanismo em história”, in Maria Zuleide da Costa Pereira e Arlete Pereira Moura (orgs.), *Políticas educacionais e (re)significações do currículo* (Campinas, Alínea Editora, 2006), pp. 73-84.

Em apenas um, o quinto capítulo, “O mundo a favor da Europa ou contra ela”, é que Braudel consegue de fato olhar menos para a eurocentricidade da crônica do capitalismo. Detenho-me no mundo atlântico, especialmente o afro-americano, deixando de lado a Rússia, o Império Turco e o Extremo Oriente, dicotomizados pelo autor na repetida expressão “Europa e não-Europa”.

Fernand Braudel abre o tópico “A África negra tomada não apenas de fora”, especificando a natureza dos regionalismos continentais e as suas próprias escolhas, pois quer tratar apenas da África negra,

deixando de lado o Norte da África – uma África branca que vive na órbita do Islão; deixando também de lado, o que não surge com evidência, a parte oriental da África da entrada do mar Vermelho e da costa da Abissínia até a ponta meridional do continente.⁶⁶

Para ele, o litoral oriental da África pertence à economia-mundo centrada na Índia, embora com a forte presença de mercadores árabes e as preces nas mesquitas litorâneas, sem nenhuma presença ocidental significativa: “Os portugueses, porém, conservam Moçambique, onde subsistem mediocremente (...) Vamos portanto ignorar, sem grandes remorsos, a vertente *índica* da África austral, cujos bons tempos já se foram”.⁶⁷ Assim, feitos os descartes regionais e geográficos, o autor apresenta a África negra ocidental como “um continente isolado mas acessível”, uma África que receberia os *murdele*, os homens vindos do mar com suas almas do outro mundo, *os vumbi*, conforme contaram os ancestrais. Braudel tem gosto em assentar a civilização material no espaço-tempo:

A África negra desenha-se como um triângulo imenso em três espaços não menos imensos: a norte, o Saara; a leste, o oceano Índico; a oeste, o Atlântico. Conforme combinado, deixaremos de lado esse litoral oriental. Quanto aos confins saarianos e às praias atlânticas, são intermináveis frentes de ataque, por onde os estrangeiros (sejam quais forem o seu nome, época, circunstâncias) chegam aos próprios portos da África negra. Regularmente conseguem sua abertura. É quase logicamente: não

⁶⁶ Braudel, *Civilização material*, vol. 3, 1996, p. 398.

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 398-9.

está o continente negro nas mãos de um povo de camponeses que voltam as costas tanto ao mar como ao deserto saariano, *o qual, sob muitos aspectos, é semelhante ao mar?* Estranhamente, o negro não pratica nenhuma das navegações que, pelo oceano ou pelo deserto, estariam ao seu alcance. No Atlântico navega apenas nas águas da foz do rio Congo, de uma margem à outra do rio. O oceano, tal como o Saara, foi para ele uma barreira, mais do que uma simples fronteira.⁶⁸

Ao retomar a historicidade mais cara à primeira modernidade capitalista, a escravidão, que ele praticamente se negara a colocar nos destinos da Europa em textos anteriores, Fernand Braudel torna-se mais realista a partir da leitura das primeiras pesquisas africanistas, agora com a lição meridiana de que a identidade profunda do continente negro se define, a partir do século XVI, “entre o imperialismo do Islã e o imperialismo do Ocidente”. Seriam, pois, “duas civilizações agressivas, ambas escravagistas, em face das quais a África negra pagou o preço de sua falta de vigilância e da sua fraqueza”. O humanismo novo braudeliano descobre, então, que a escravatura na África era endêmica, estruturada no cotidiano, que havia atizado a cobiça dos europeus conscientemente. O que parece estranho é que os tráficos, os seculares tráficos que fizeram os destinos da travessia do Oceano Atlântico, a *Middle Passage*, na tradição narrativa afro-anglo-americana, continuavam sendo explicados fora do padrão das temporalidades braudelianas:

é certo que, se houve na África um comércio de homens, foi porque a Europa o quis e o impôs; mas também porque a África tinha o mau hábito de praticá-lo, na direção do Islã, do Mediterrâneo e do oceano Índico, muito antes da chegada dos europeus.⁶⁹

Digo que parece estranho, porque não custa lembrar ao leitor que Braudel havia jogado a cronologia – a linearidade do antes e do depois – na lata

⁶⁸ Ibidem, p. 401. A expressão itálica pertence a Philip Curtin, um historiador africanista em que se baseia Braudel para escrever sobre a África. Entre as décadas de 1960 e 1980, Curtin escreveu vários trabalhos sobre a África, especialmente a África ocidental, a região da Senegâmbia (litoral e sertão), ponto de cruzamento entre as rotas escravistas do Atlântico e do Saara. Braudel utiliza a obra de Philip Curtin, *Economic change in pre-colonial Africa. Senegambia in the era of the slave trade*, Madison, 1975.

⁶⁹ Braudel, *Civilização material*, vol. 3, pp. 402-3.

do lixo da utensilagem historiográfica ainda na década de 1950. Em defesa do professor, pode-se argumentar que também o mestre aprende a lição, pois, já se disse, a história é uma ciência dura e, de fato, ensinou Braudel: a escravidão africana talvez seja por demais complexa para que possa ser explicada exclusivamente com os artefatos de uma ciência usada na razão.⁷⁰

Ao se debruçar sobre o comércio triangular e os termos das trocas no mundo atlântico, Fernand Braudel aciona a estatística, instrumento recorrente na historiografia da escravidão, optando pela impressão sobre a quantidade de pessoas que cruzaram o Oceano Atlântico no sentido África-América: perto de novecentos mil no século XVI; um pouco menos do que quatro milhões no século XVII; entre sete a oito milhões no século XVIII; e algo em torno de quatro milhões no decorrer do século XIX, o século da abolição e do humanismo econômico. A historiografia da escravidão e do tráfico trabalha com números bem mais precisos a partir de novas evidências, o que permite asseverar que Fernand Braudel adota a postura maximalista, isto é, opera com números inflacionados a respeito do tráfico transatlântico.⁷¹

Ao concluir o tópico sobre a África negra, Braudel retoma a lição dos ativos e dos passivos culturais. Primeiro, “os presentes que, querendo ou sem querer, a Europa levou para a África: o milho, a mandioca, os feijões americanos, a batata-doce, o ananás, a goiaba, o coqueiro, os cítricos, o tabaco, a vinha”. Ele ainda arrola os animais domésticos, como o gato, o pato da Barbaria, o peru, o ganso e o pombo. Com maestria, Braudel sai da cultura material e salta para as coisas do espírito, ao consagrar como boa nova a penetração do cristianismo, “acolhido como o meio de adquirir a própria força do Deus dos brancos”.

⁷⁰ Refiro-me, especialmente, à crítica de Paul Gilroy ao racionalismo científico herdado do Iluminismo, “incompleto e codificado racialmente”. Para ele, a ligação entre o mundo jurídico e a dominação racial, imbuída de legalidade, nunca deixou de ser moral e espiritualmente ilegítima: “As irracionalidades racionalizadas do pensamento racial e a aplicação racional do terror racial da mesma forma levaram os procedimentos técnicos da razão europeia ao descrédito”. Paul Gilroy, *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, São Paulo/Rio de Janeiro, Editora 34 e Universidade Cândido Mendes, 2001, pp. 16-7.

⁷¹ Ver David Eltis, Stephen D. Behrendt e David Richardson, “A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências”, in *Afro-Ásia*, nº 24, pp. 9-50.

Como dantes, Braudel coloca ativos nos passivos (e passivos nos ativos), tornando tudo uma dívida atlântica, acarinhada pelas mãos alvas da princesa Europa. Já disse e repito, Braudel assume essa lição impregnado de humanismo novo, afinal, um traço característico da cultura histórica que nos legou: “E por que não alegar mais um argumento de defesa: as Américas negras, hoje [1979], são pouca coisa? Elas existem”.⁷²

Ao encerrar essas minhas observações historiográficas sobre algumas lições braudelianas, diria apenas que o velho mestre de, pelo menos, duas gerações de historiadores, viu muito além da Europa: não há dúvida de que amou desesperadamente o Mediterrâneo, como gostava de dizer; sustento ainda que ele fomentou uma paixão calma pelo Oceano Atlântico, a principal rota econômica e cultural da primeira modernidade ocidental; e desconfio que seu sentimento em relação à África negra teria sido uma mistura de amabilidade e respeito piedoso. Diria mesmo que são sentimentos, ou melhor, intensidades de sentimentos, que não poderiam escapar a um professor de História como Fernand Braudel e que, talvez, esses sentimentos devam ser atitudes defensáveis pela nossa cultura histórica, ensináveis aos alunos de história e vitais para abraçar uma ciência como a História. Afinal, enamorar-se por uma ciência é, além dos destinos coletivos que se colam às nossas individualidades, também saber ganhar o pão, o feijão, o camarão, a cerveja e os demais prazeres de cada dia. Por falar em economia política da cultura, uma última questão não deixa de ser pertinente: os corpos e as almas dos povos negros que atravessaram – e as travessias são também do nosso século – o vasto Atlântico haveriam de aceitar como científicas as lições braudelianas?

Texto recebido em 13/05/08, representado em 31/10/08 e aprovado em 30/11/08.

⁷² Braudel, *Civilização material*, vol. 3, p. 408. Compare-se, por exemplo, com pesquisas mais recentes, “os ancestrais esquecidos”: Linda M. Heywood (org.), *Diáspora negra no Brasil* (São Paulo, Contexto, 2008).

Resumo

O presente ensaio discute as percepções historiográficas de Fernand Braudel a respeito de três conjuntos civilizacionais: o Mediterrâneo, o Atlântico e a África. Definem-se as lições do professor Braudel a partir de sua experiência com o ensino de História e a pesquisa histórica primeiramente na Argélia, depois na França e no Brasil. Ao retornar ao seu continente originário, a Europa, para terminar de escrever sua tese de doutoramento, concluída logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e o início do processo de descolonização dos continentes asiático e africano, o professor Braudel torna-se expoente de uma cultura histórica estruturalista nas décadas seguintes. A partir dela, podem-se compreender suas investidas historiográficas para além de sua paixão maior, o Mediterrâneo, e sistematizar suas importantes contribuições ao estudo do mundo Atlântico e, especialmente, da África negra.

Palavras-chave: Historiografia – História da África – Cultura Histórica

Abstract

The present essay discusses the historiographical perceptions of Fernand Braudel regarding three civilizational sets: the Mediterranean, the Africa, and the Atlantic. We may define Professor Braudel's lessons through his experience with history teaching and historical research, primarily, in Argelia, then, in France and Brazil. When he returned from his homeland continent, Europe, to finish writing his doctorate thesis – concluded just after the end of the Second World War and the beginning of decolonizing process in the African and Asian continents – Professor Braudel became the exponent of a structuralistic and historical culture in the subsequent decades. From this, we can comprehend his historiographical undertakings beyond his greatest passion, the Mediterranean, as well as, systematize his important contributions to the study of the Atlantic world and, specially, to the study of the black Africa.

Keywords: historiography – history of Africa – historical culture.